

Artigo - Óbices no Processo de Importação-Exportação de Produtos Agrícolas (em português)

Categoria : Procitropicos Informa

Publicado por [Monica](#) em 30/8/2016

Por Afonso Celso Candeira Valois, Engenheiro Agrônomo, Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas, Pesquisador Aposentado da Embrapa.

O processo de importação-exportação de produtos agrícolas muitas das vezes enfrenta óbices pronunciados, principalmente diante da globalização da economia e medidas excessivas não tarifárias. Em artigo anterior o autor teve a oportunidade de fazer referência ao agroterrorismo ou agrossabotagem, que é quando um terceiro país interfere nas transações comerciais entre dois outros países. Um exemplo marcante foi o que aconteceu para o caso da soja.

É sabido que os Estados Unidos são grandes importadores de produtos fabricados na China, como calçados e outros manufaturados. Por seu lado, a China é um grande importador da soja produzida no Brasil. Os Estados Unidos também são grandes produtores de soja, competindo com o nosso País no mercado internacional. Na ânsia de colocar dificuldades e suplantar as exportações da famosa leguminosa do Brasil para a China, os Estados Unidos exigiram dos chineses que reduzissem as importações do Brasil e dessem preferência para eles, pois do contrário reduziriam as importações dos produtos chineses.

Isso infelizmente ocorreu, pois os orientais passaram a exigir um padrão de grãos tratados para evitar condicionantes biológicos, nas exportações brasileiras de soja. De forma premonitória o autor verificou esse fato in loco, em evento técnico que organizou com um professor americano na Universidade de Maryland (EUA), quando foi levada a efeito uma reunião com professores e produtores americanos de soja, além do autor, no sentido de intercambiar germoplasma de soja. Os produtores não acharam bom esse tipo de intercâmbio, pois comentaram que o Brasil era um grande competidor dos Estados Unidos no mercado internacional da soja, o que proibia esta ação. Porque esta intenção de aproveitar a larga variabilidade genética de soja disponível nos Estados Unidos? A soja, *Glicine max* L. (Merril) é de origem chinesa, sendo a introdução no novo mundo feita primeiramente nas Américas em 1765 ainda como forragem e, nos Estados Unidos, em 1879, provavelmente pela cidade de Albany (Nova Iorque), onde hoje é um cemitério! Para fazer justiça, o precioso grão foi introduzido no Brasil em 1882, sendo os primeiros estudos realizados na Escola de Agronomia da Bahia, pelo eminente Professor Gustavo Dutra.

Depois, em 1892 foi introduzida e pesquisada em Campinas (SP), no Instituto Agrônomo de São Paulo (IAC), por Daffert. Após a negativa advinda da reunião organizada em Maryland, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, sob a direção do autor, conseguiu introduzir 1.400 acessos de soja junto ao USDA para o enriquecimento do respectivo banco de germoplasma, como bom exemplo de sucesso da cooperação técnica internacional, perseverança, persistência e determinação em benefício do Brasil.

O objetivo estratégico com gestão tática e operacional era incrementar o germoplasma disponível no citado banco da Embrapa, considerando se tratar de uma espécie autógama, onde perdura a variação genética livre, menor combinação gênica em relação à variação genética potencial das alógamas, como base para a criação de novas variedades e cultivares. Lembra-se que o Brasil deu um grande salto quantitativo e qualitativo na produção de soja, saindo de 1 milhão de toneladas anuais para 96,4 milhões de toneladas em 2015, tendo como um dos principais fulcros, a implantação e desenvolvimento da Embrapa Soja em 1975, Centro de PD&I localizado em Londrina

(PR), além do próprio SNPA coordenado pela Embrapa.

Ainda como parte lastimável dessa competição indevida, este autor teve que assumir destemidamente consequências injustas após uma entrevista concedida ao Jornal “Valor Econômico”, em 2005, de título “Governo brasileiro se arma contra o agroterrorismo” sobre o aparecimento, tudo indica intencional, da ferrugem da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* que apareceu em plantios de Mato Grosso em 2001, na distância de cerca de 200 km de um foco que existia no Paraguai. Isso infelizmente, causou perdas severas superiores a dois bilhões de dólares na safra brasileira de soja em 2003, além do gasto elevado ao redor de 500 milhões de dólares na aquisição de fungicidas recomendados. Ainda sobre esse assunto, o autor também concedeu entrevista à Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento, Edição nº 33- julho/dezembro de 2004, p. 4-7.

Este foi um dos pesados ônus ao qual o Brasil foi submetido, advindo da perversidade do agroterrorismo ou agrossabotagem. Mas, a Embrapa mais uma vez mostrou o seu poder institucional dinâmico ao formular e desenvolver cultivares e sistemas de produção de soja adequados para mitigar ou mesmo debelar esse mal! Além desse tema de causar prejuízos econômico, social e ambiental ao agronegócio brasileiro, encontra-se o rumoroso caso que a Embrapa enfrentou com extremo nacionalismo, responsabilidade, resposta imediata e fervoroso dinamismo ético.

A referência é sobre o desastre que ocorreu com o aparecimento no Brasil do tenaz bicudo-do-algodoeiro, *Anthonomus grandis*, inseto Curculionídeo, cuja fêmea é capaz de originar uma progênie em torno de 500 novos indivíduos. Primeiramente, o bicudo ocorreu em plantação de algodão próxima ao Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), daí se difundindo perigosamente para outros nichos, inclusive pelos algodoads perenes do Nordeste, que inclusive se transformou em uma tremenda calamidade pública para o setor. Isso ocorreu talvez, não devido à disputa comercial entre países, mas pela usurpadora vontade de empresas estrangeiras em comercializar inseticidas apropriados ao controle da citada praga, no Brasil.

O autor tem dito, em palestras relacionadas, que o bicudo é tão terrível que no Alabama (Estados Unidos) existe uma praça onde se encontra um monumento devotado ao bicudo do algodoeiro, pois a população fez essa alusão inusitada e está feliz porque a praga dizimou a fonte da sua principal economia, isto é, os algodoads, mudou de atividade e ficou rica. Mas, na Embrapa, através da sua Diretoria Executiva para o Norte e Nordeste, em 1983/84, enfrentou esse óbice com extrema capacidade, dinamismo e compromisso, tendo promovido reuniões entre especialistas, contratado consultores competentes, formado equipes, desenvolvido planos, programas e projetos estratégicos, emitidos diversos comunicados técnicos e outras publicações orientadoras, promovido o desenvolvimento de variedades de algodão precoce resistentes e formulado métodos de plantio e outros sistemas de produção etc., sendo que atualmente existe uma convivência com essa praga de forma prática, inteligente e viável pelos produtores de algodão. Faz-se essa menção principalmente para chamar atenção sobre o que acontece quando tamanha malvadeza é praticada, onde os malfetores por certo, antes não avaliam a amplitude nefasta de tal atitude para fins comerciais.

Todos aqui no Brasil devem ficar atentos para afastar todos os males que afetem o agronegócio que, aliás, está incomodando os competidores no âmbito internacional, deixando de lado a ingenuidade e amadorismo, elegendo a competência premonitória e desconfiada! Nesse sentido de nuances quanto ao processo de importação-exportação de produtos agrícolas, um outro exemplo inusitado que o autor experimentou no exercício da vida profissional aconteceu na Malásia.

Em uma das quatro vezes que o mesmo esteve naquele País em missão oficial, ao se apresentar à Embaixada do Brasil, como sempre fazia toda vez que ia ao País, um simpático casal de cearenses que trabalhava na Embaixada em função comercial (na época, as embaixadas brasileiras não dispunham de adidos agrícolas), convidou o autor para participar de uma reunião marcada para

acontecer no Ministério da Agricultura no dia seguinte. Qual o motivo desse evento? Era afastar óbices para a Malásia importar laranjas do Brasil. Mas, por quê isso, se geralmente aquele País amigo fazia essas importações da Austrália, bem mais próxima? O motivo foi a prisão de um traficante australiano, surpreendido comercializando entorpecentes. Neste caso, os países orientais costumam trucidar os traficantes, pois a tolerância é zero! Isso aconteceu, causando um grande estremecimento diplomático entre os dois países.

Então, para o caso da importação de laranja, uma das alternativas para a Malásia era tentar a importação das laranjas produzidas no Brasil. A visão presente era praticar a importação a partir dos laranjais implantados na região de Campinas (SP). Só que outra grande preocupação que existia entre os malásios (e não malaíes como erroneamente é falado no Brasil- eles não gostam!) era o receio de introduzir a doença denominada “mal-das-folhas da seringueira”, causada pelo fungo *Microcyclus ulei*, que felizmente não ocorre naquele País. Como é sabido, a seringueira (*Hevea brasiliensis*) foi introduzida no Oriente por volta de 1886, tendo como origem cerca de 70 mil sementes coletadas oficialmente na região de Boim, localizada no Baixo Amazonas, no Estado do Pará, onde a citada doença é endêmica.

Primeiramente, as sementes foram plantadas no Jardim de Kew, Inglaterra, e de lá algo em torno de 1919 “seedlings” (plântulas germinadas de sementes) foram enviadas para o Ceilão, hoje Sri Lanka. Daí, 22 plantas foram introduzidas na Malásia, via Cingapura, originando toda a riqueza do setor de borracha natural daquele País. Tudo isso para enfatizar aos leitores que os seringais que correspondem a um dos sustentáculos do formidável agronegócio malásio (os outros estão representados por óleo de dendê, madeira e frutas) são altamente suscetíveis ao mal-das-folhas, daí o grande temor dos técnicos do Ministério da Agricultura malásio.

Por ocasião da reunião acima citada, o autor e o nobre casal da Embaixada sentaram-se à uma comprida mesa em conjunto com 23 especialistas locais, entre eles um excelente pesquisador fitopatologista malásio, conhecido do autor, que já havia trabalhado na CEPLAC/CEPEC, no sul da Bahia, com doenças da seringueira, especificamente com o mal-das-folhas, através de acordo de cooperação técnica e financeira do RRIM (Instituto de Pesquisa de Seringueira da Malásia) com a Embrapa e a CEPLAC, sob o comando do autor a partir da Chefia-Geral da Embrapa Seringueira e Dendê, atual Embrapa Amazônia Ocidental, Centro localizado em Manaus (AM). Para avançar no entendimento dos leitores, deve-se ainda acrescentar que a seringueira apresenta diversas formas de resistência da planta ao mal-das-folhas, como a vertical, horizontal e por hipersensibilidade, bem como diversas formas de explorar essas resistências, sendo uma delas usar áreas de escape à doença, isto é, em condições climáticas que apresentem um período seco bem definido, dificultando a multiplicação do patógeno, levando em conta os estádios suscetíveis dos novos folíolos ao ataque do *M. ulei*. No Estado de São Paulo existem duas regiões bem distintas em termos climáticos, isto é, o Litoral e o Planalto.

No Litoral, devido às constantes chuvas, alta umidade e elevada temperatura, o mal-das-folhas ocorre. Porém no Planalto, com baixa umidade, ocorrência de baixas temperaturas e um período seco bem definido, constitui um excelente exemplo de área de escape da *Hevea* à doença e denominada pelo autor de resistência genético-ecológica, com a exploração da resistência de campo ou mesmo horizontal (poligênica) para esse caso. É justamente isso que ocorre na região de Campinas (SP), isto é, não existe o *M. ulei*. Este foi o argumento técnico-científico do autor para assegurar aos malásios que não havia o risco, perigo ou dano de importar laranjas da região de Campinas, com o receio da contaminação com o temido patógeno da seringueira, logicamente que resguardando os critérios de tratamento prévio para inocuidade dos frutos, o que é usual. Outra preocupação dos técnicos da Malásia era a possibilidade da introdução de patógenos do dendezeiro (outro sustentáculo da economia local) como nematoides etc., o que foi afastada, pois a região de Campinas não se aplica ecologicamente à dendeicultura.

Afastados todos os óbices, finalmente houve o acordo do Ministério da Agricultura em aprovar a

importação das laranjas brasileiras, o que significou uma transação comercial de cerca de 8 milhões de dólares naquele ano! Com todos ficando felizes, o evento foi encerrado. Ou quase, pois quando o autor retornou ao Brasil, na sala da Chefia-Geral da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, o autor atendeu a uma ligação telefônica que partiu de um dos responsáveis pela exportação das laranjas para a Malásia, indagando quanto ao valor financeiro que seria cobrado pelo serviço realizado. O autor respondeu ao mesmo que apenas tinha cumprido uma obrigação funcional e que na Embrapa não se costumava proceder dessa nefasta maneira de cobrar por serviços dessa natureza e o convidou para vir à Brasília para conhecer a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e tomar um cafezinho. Nunca mais voltou a manter contato. Aprendeu a lição!